

## LÍNGUAS DE SINAIS: PRODUÇÕES DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS DE MIRANDA/MS

### SIGN LANGUAGES: DEVELOPING EDUCATIONAL MATERIALS FOR INDIGENOUS SCHOOLS IN MIRANDA (MS)

Denise Silva\*  
Kelly Priscilla Lóddo Cezar\*\*  
Priscilla Sumaio Soares\*\*\*

**RESUMO:** *o presente estudo tem por objetivo apresentar o conjunto de ações que estão sendo realizadas na aldeia Cachoeirinha/MS no processo de criação de materiais didáticos bilíngues/multilíngue, em especial, pelo Instituto de Pesquisa da Diversidade Intercultural e seus parceiros. Os materiais criados visam atender as necessidades educacionais, linguísticas e pedagógicas apresentadas pela comunidade terena, considerando três desdobramentos de sua especificidade linguística: língua terena oral, a sua forma escrita e sinais terena (SILVA, 2014; SUMAIO, 2014 e SOARES, 2018). O destaque se dá na elaboração de glossários e sinalários intuitivos utilizando recursos digitais que podem ser utilizados offline a fim de assegurar as estaturas linguísticas das línguas de sinais (visuais-espaciais). Dessa forma, acreditamos que as criações presentes nessas ações podem contribuir com o registro dessa variedade linguística e cultural enquanto preservação de patrimônio histórico-cultural dos surdos do Brasil*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Línguas de sinais, plurilinguismo, materiais didáticos.*

**ABSTRACT:** *this paper goal is to present the development of bilingual/multilingual educational materials which is realized in the indigenous village of Cachoeirinha (MS). These actions have been carried out especially by the Institute for Research of Intercultural Diversity, and its partners. The composed materials aim at meeting the educational, linguistic and pedagogical needs of the Terena community, considering its three-fold linguistic specificity: spoken Terena, its written form and Terena sign language (SILVA, 2014; SUMAIO, 2014 e SOARES, 2018). We emphasize the development of intuitive sign glossaries and glossaries, both using digital resources. Those can be used offline and are grounded on the linguistic structure of sign languages (visual-spatial). Therefore, we believe that the materials resulting from those actions can contribute to recording this linguistic and cultural variety, as a way of preserving the historic-cultural heritage of the Brazilian Deaf.*

**KEY-WORDS:** *Sign languages; plurilingualism; educational material.*

## REFLEXÕES INICIAIS

Atualmente, percebemos que estudos sobre línguas de minorias vêm ganhando espaço no contexto acadêmico, em especial, com a língua brasileira de sinais (libras) e as línguas indígenas. Os resultados de pesquisas (VILHALVA, 2012; PEREIRA, 2013;

QUADROS; SILVA, 2019; GODOY, 2020; SUMAIO, 2014; SOARES, 2018) chamam a atenção da sociedade brasileira para os conflitos e para as dificuldades que existem em meio à diversidade linguística do país.

As línguas indígenas e as línguas de sinais são consideradas línguas de minorias, quando nos reportamos às línguas indígenas de sinais, as estudiosas Leite e Quadros, (2013) considerando os fatores da Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO, 2003), chamam atenção para o crescente risco de extinção. Nas palavras de Quadros (2019), quando estamos diante das línguas nativas quando não bem trabalhadas as línguas (libras e línguas nativas), em especial, nas aldeias, o contato com a Libras leva a substituição da língua nativa local, em vez da consolidação de um bilinguismo unimodal (duas línguas de sinais). (QUADROS, 2019, p.05, grifo nosso).

No entanto, as línguas indígenas de sinais permanecem “invisíveis” quando comparada à língua brasileira de sinais urbana, a libras (Lei 10436/2002; Decreto 5626/2005). Essa invisibilidade linguística nos documentos oficiais reforçam a crença monolíngue de que o Brasil possui apenas uma língua de sinais, a libras reforçando o desprestígio social das demais línguas de sinais utilizadas pelos não urbanos ou pelas comunidades indígenas.

Inúmeras pesquisas demonstram, comprovam e exemplificam a necessidade se reconhecer e legitimar outras línguas no território brasileiro a fim de “desmitificar” a concepção de um país monolíngue, sendo que as culturas indígenas sempre foram reconhecidas por serem bilíngues e multilíngues.

Ao nos reportamos aos dados nacionais sobre a diversidade linguística no Brasil observamos que a pluralidade linguística vem sendo cada vez mais “invisibilizada”, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2010) revelam a existência de cerca de 274 línguas faladas por indígenas de aproximadamente 305 etnias, visto que cerca da metade das línguas possuem menos de cem falantes e línguas com até quinhentos falantes somam pouco mais de um terço de todas as línguas indígenas e menos de dez por cento dessas línguas possuem mais de dois mil falantes. Esses dados nos mostram a persistência social da ideia majoritária de um país monolíngue e a falta de conhecimento e valorização, por meio do preconceito social existente, que leva a exclusão dessas línguas minoritárias e intensificando a extinção das línguas indígenas de sinais e a perda de sabedorias de herança.

No que tange aos povos indígenas, torna-se mais evidente à necessidade de intervenções imediatas, uma vez que estamos perdendo essa sabedoria (línguas, culturas e identidades) de maneira descontrolada em razão de uma crise mundial na área da saúde – Pandemia (COVID-19)<sup>1</sup> que vem sendo noticiado diariamente a dizimação dos povos indígena e

---

<sup>1</sup> É o nome oficial da doença causada pelo novo coronavírus também conhecida como Sars-Cov-2 em razão do Sars-Cov-1 (ou apenas Sars), nome dado a epidemia na China em 2002, por ser consideradas

quando o contexto envolve as línguas de sinais indígenas a vitalidade delas é mais frágil ainda a ponto de nem chegar ao conhecimento delas para os não-índios. Neste momento, os dados alarmantes estão em toda a Amazônia Brasileira são 127 povos atingidos pela doença. Sendo 682 casos suspeitos, 22.489 confirmações e 646 falecimentos registrados. O estado da região com mais casos e mortes entre indígenas é o Amazonas de acordo com a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB/2020), dentre os 15 povos já foram atingidos pelos vírus (Aikanã, Arara Karo, Cinta Larga, Kanoê, Karitiana, Karipuna, Kassupa, Mura, Oro War, Paiter Suruí, Piripkura, Puruborá, Sakirabiat, Tupari e Wajuru). Dessa forma, as línguas indígenas brasileiras estão em os mais sérios riscos de extinção e de perdermos suas identidades culturais via as sabedorias dos anciãos que são repassados de geração para geração – predominantemente oral.

A partir das necessidades educacionais, linguísticas e pedagógicas apresentadas pela comunidade terena oral, escrita e de sinais (SILVA, 2014; SUMAIO, 2014 e SOARES, 2018), o presente texto tem por objetivo apresentar o conjunto de ações que estão sendo realizadas, em especial pelo Instituto de Pesquisa da Diversidade Intercultural e seus parceiros, na aldeia Cachoeirinha/MS no processo de criação de materiais didáticos bilíngues/multilíngues.

## 1. LÍNGUAS DE MINORIA E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

Historicamente a linguística vem discutindo a importância para não se considerar o Brasil monolíngue, em especial, nas línguas orais. Nosso país é visivelmente um território de muita diversidade cultural e linguística, sendo contraditória a concepção de monolingüismo validada e legitimada em grande parte pelos ambientes escolares. Quando nos deparamos com vários os contextos bi/multilíngues - os indígenas, imigrantes, comunidade surda urbana, indígenas surdos, entre outros observamos essa diversidade na prática.

As línguas de sinais são consideradas línguas de minorias, quando nos reportamos às línguas indígenas e as línguas indígenas de sinais este universo se torna mais distante do que pensamos. No que tange especificamente às línguas sinalizadas, os estudos estatísticos do IBGE (2010) revelam que não há dúvidas que as línguas indígenas são línguas de minorias, que o Brasil é um país plurilíngue e que as línguas de sinais pertencem ao grupo de risco. Conforme Aguilar-Amat e Santamaria (1999), quando não registradas e divulgadas, naturalmente essas línguas sofrem muitas perdas em ordem funcional, embora nem sempre estejam ligados ao volume demográfico das comunidades linguísticas, mas às condições históricas, socioeconômicas e psicossociais.

Para melhor compreensão e envolvimento na temática recorreremos ao Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL, 2017), que é o atual instrumento oficial de

---

“irmãs”. Em inglês, Sars-Cov-2 significa: “*severe acute respiratory syndrome coronavirus 2*”, em tradução livre: Síndrome Respiratória Aguda Grave do Coronavírus 2.

identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas “faladas” pelos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira e desde o ano 2017 implantou o Inventário Nacional da Língua Brasileira de Sinais, que faz parte da Política da Diversidade Linguística. Esse documento é fundamental para a valorização e continuidade deste valioso bem cultural brasileiro e da diversidade linguística. Além de fomentar a produção de conhecimento sobre as línguas do Brasil e contribuir para a garantia de seus direitos linguísticos.

A preservação de uma língua, conforme o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por meio de seu Guia de Pesquisa para o INDL (2014), tem impacto imediato na perda de diversidade cultural, uma vez que cada língua possui os meios específicos, historicamente construídos de se conceber, conhecer e agir sobre o mundo, incluindo conhecimentos altamente técnicos.

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e com as iniciativas postuladas no Guia de Pesquisa para o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (2014), o Brasil tem cada dia mais perdas de diversidade cultural, uma vez que cada língua que não é reconhecida vão desaparecendo, sem nem ao menos ter registros formais sobre as línguas de minorias, os conhecimentos historicamente construídos pelas culturas vão se perdendo e dando espaço cada vez mais para um conceito histórico e predador de uma língua hegemônica.

A hegemonização de uma língua requer a eliminação de qualquer outra, bem como, a criação de grupos de falantes e território falado. Quando falamos em termos de língua de sinais, o que une este grupo (os possíveis falantes) está expresso em termos de identidade que, transcendendo o étnico ou o georeferenciado, fixa-se em padrões de diferenças expressas no e pelo corpo (PEREIRA, 2013, p.39).

O linguista Bagno (1999) salienta em um de seus mitos sobre a o Brasil ser um país monolíngue que esse conceito é muito prejudicial e que a escola ao tentar normalizar essa visão, acaba por funcionar como um local padronizador.

Seguindo essa linha de pensamento, Gesser, Costa e Viviani (2009) assinalam que as línguas dos grupos minoritários são vistas como ameaça ou desestabilização à coesão nacional e, por isso, muitos são os esforços no sentido de erradicá-las, eliminá-las, já que se contrapõem aos ideais nacionalistas. Em conformidade com as especialistas, essa visão teria tido início em dois momentos marcantes da nossa história: 1) na administração do Marquês de Pombal, 1750 e 2) no período de ditadura de Getúlio Vargas, 1937-1945. Momentos históricos estes que se encontram na visão excludente das demais línguas ao seguir a premissa de uma língua una. Marquês de Pombal, também ficou amplamente conhecido como o grande batalhador pelo ensino em português na época do Brasil Colônia, uma vez que acreditava que a língua indígena tupi-guarani poderia ser

ameaçadora aos colonizadores e uma forte barreira para a constituição de um só povo – língua e povo uno.

Na mesma linha de atuação política, Vargas pregava a proibição do uso das línguas trazidas pelos imigrantes (dos italianos e alemães, por exemplo) que saíram de seus países de origem para começar uma vida no Brasil. Historicamente, vê-se uma operação violenta, pois por imposições materiais em outras línguas que não o português, por exemplo, foram banidos, além de coibir-se o uso, mesmo em interações familiares, das línguas ‘estrangeiras’. Resquícios da opressão e ditadura linguística ainda estão vivos na memória das vidas de muitos imigrantes no sul do Brasil (GESSER, COSTA E VIVIANI 2009, p.30).

Cabe destacar, que o ano de 2008 foi reconhecido como o ano Internacional das línguas pela a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) proclamado na Assembleia Geral das Nações Unidas. A organização estima que mais de 50% (cerca das 6.700) das línguas faladas no mundo correm o risco de desaparecer. Em termos mais simples de exemplificar, salienta que a conta pode ser realizada com tempo, ou seja, uma língua deixa de ser falada no Brasil a cada 15 dias. Outro dado interessante é que dos peritos considerarem que 96% das línguas são faladas por apenas 4% da população. Em 2000, o organismo da ONU (Organização das Nações Unidas) proclamou o dia 21 de fevereiro o Dia Internacional da Língua Materna, para sublinhar a importância da diversidade linguística e promover a utilização das línguas maternas.

Com relação aos dados dos surdos no Brasil, é importante ressaltar que é consideravelmente extenso. Oliveira (2012), ao utilizar a base nos dados do IBGE colhidos em 2010, apresenta que 45.606.048 de pessoas no Brasil têm algum tipo de deficiência, sendo 7,6%, sendo 1,12% da população brasileira surdas.

Podemos salientar que mesmo com inúmeras pesquisas na área e com os dados considerados alarmantes, ainda se tem muito a ser feito, visto que falta valorização social e linguística desses brasileiros. Ao observarmos as nomenclaturas e as categorizações do maior censo demográfico do Brasil, o IBGE não levou em conta a questão da língua dos sujeitos surdos, uma vez que as classificações são apresentadas nessa ordem: Capacidade do indivíduo de ouvir, grau de severidade e em seguida, caso o indivíduo reportasse ter alguma deficiência eram apresentadas as seguintes opções: (1) não consegue de modo algum, (2) consegue com grande dificuldade e, (3) consegue com alguma dificuldade (JUNIOR e VERONA, 2018).

Quando estamos diante das línguas de sinais, vamos observar que tiveram seu estatuto linguístico reconhecido mundialmente em 1960, conforme Quadros (2009), foi por intermédio, do pesquisador e linguista William Stokoe, que elaborou uma descrição da língua de sinais americana (ASL). No Brasil, a língua brasileira de sinais foi reconhecida como meio legal de comunicação dos sujeitos surdos via Lei 10.436, de 24 de abril de 2002 em seu Art. 1º como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - libras e que entende essa como forma de comunicação e expressão, em que o

sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil e posteriormente houve a implementação da disciplina de libras (Decreto 5626/2005) como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério em nível médio e superior e nos cursos de fonoaudiologia das instituições públicas e privadas, bem como na formação do professor e do instrutor de libras e também na formação do tradutor e intérprete de libras, entre outros temas de relevância na área. Cabe destacar, que a língua brasileira de sinais – libras - obteve este reconhecimento a partir de anos de luta e de movimentos surdos no contexto brasileiro, que nos serve de estímulo para que demais línguas sinalizadas, indígenas, venha utilizá-la como modelo de reconhecimento de valorização linguística, educacional e social.

Gesser; Costa e Viviani (2009) assinalam que diversos profissionais da área da educação, a diversidade linguística e cultural é percebida como um problema e a educação bilíngue e multicultural não está dentro do sistema educacional brasileiro e não é valorizado nos cursos de formação que acabam por não considerar as situações geográficas, socioeconômicas, faixa etária, entre outras variáveis. Como consequência o professor acaba repetindo essa ideia que é absorvida e reproduzida pelos alunos. Para Gesser (2006) até pouco tempo os surdos sempre eram vistos como deficientes e, por isso, não eram reconhecidos como bilíngues – língua de sinais como primeira língua e escrita oficial como segunda língua.

No entanto, salientamos e discutimos neste estudo a importância de divulgar e conhecer outras línguas de sinais no próprio território que não foram contempladas neste documento e em nenhum outro. A fim de não mantermos a hegemonia das línguas de sinais como tendo a libras como única no Brasil, mesmo abordando a criação apenas de uma, a terena, acreditamos que essa metodologia pode ser utilizada e estimular outros alunos-pesquisadores. De acordo com Vilhalva (2009), especialista indígena e surda, há necessidade urgente de se considerar as demais línguas sinalizadas existentes em nosso país, em especial, as que são usadas pelos índios surdos existentes em diversas comunidades indígenas que carregam cultura e marcas linguísticas variadas e são raramente registradas.

Estudos vem sendo realizados, no entanto, ainda estão em fase de desenvolvimento, aproveitamos o ensejo para destacar os estudos de Silva e Quadros (2019) que destacam o mapeamento das línguas de comunidades isoladas no país, em especial, as que estão distantes dos centros urbanos que visa contribuir para o conhecimento e reconhecimento das línguas de sinais no Brasil. De acordo com as especialistas, “sabe-se que, além da língua brasileira de sinais [...], o Brasil possui pelo menos duas línguas que já puderam ser minimamente documentadas: a língua de sinais de Urubu-Kaapor (Kakumasu, 1968) e a língua de sinais ‘Cena’ (Pereira, 2013)”. Os levantamentos bibliográficos e documentais realizados pelas autoras, “apontam para aproximadamente doze línguas de

sinais utilizadas pelas comunidades surdas e por comunidades isoladas no Brasil, identificadas nas zonas rurais e em comunidades indígenas” (SILVA; QUADROS, 2019, p. 01).

## 2. LÍNGUA TERENA

Primeiramente no que tange a língua oral terena, torna-se importante destacar a historicidade a fim de compreender os fatores culturais e linguísticos dessa comunidade que escolhemos para contar na linguagem dos quadrinhos que envolve tanto a língua oral como a língua terena de sinais.

Em conformidade com os dados da área investigada, torna-se importante destacar, que o Brasil conta com 225 etnias indígenas que falam 170 línguas orais, porém registra apenas algumas línguas de sinais, como a língua de Sinais Ka’apor (KAKUMASU (1968/2005) e a Cena (PEREIRA, 2013).

No que tange à língua de Sinais Ka’apor, conforme a literatura especializada (KAKUMASU, 2005; SUMAIO, 2014), nesse grupo indígena, há algumas décadas, houve uma epidemia de boubá neonatal<sup>2</sup> que resultou em surdez nos bebês. Estas crianças e seus familiares, portanto, criaram, sem influência externa, uma língua de sinais própria. Esta é utilizada por toda a comunidade, tanto por ouvintes quanto por surdos, sendo toda a sociedade bilíngue. Cabe destacar e retomar essa informação, a fim de compreender a diferença de concepção de língua e de uso em diferentes comunidades, uma vez que identificamos que essa concepção (bimodal) não ocorrem na língua terena de sinais (SUMAIO, 2018) e nem na Paíter Suruí (COSTA, 2017; ELER, 2017). Nestas duas comunidades, as línguas de sinais são veiculadas e usadas apenas por uma parcela da comunidade, mais especificamente, na família e nos contatos mais próximos. Torna-se importante destacar e fortalecer as culturas que a comunicação dos surdos de suas aldeias são línguas e que necessitam ser preservadas. Acreditamos que essa visão ocorra em razão de essas duas comunidades estarem mais próximas da zona urbana e mais fácil também de entrarem com contato com a Libras, como ocorre, e acabarem “abandonando” sua língua de sinais, contribuindo para o monolinguismo não contribuindo nem para Libras e nem para a língua terena de sinais.

As línguas de sinais têm buscado, através de um longo período da história, alcançar o status linguístico que lhe é de direito e, apesar das conquistas mencionadas, ainda nos dias atuais a Libras é facilmente colocada sob a suspeita de não ser uma língua assim como a língua portuguesa. O monolinguismo, frequentemente, atribuído à língua de sinais como sendo uma

---

<sup>2</sup> Infecção causada pela bactéria *Treponema pertenue*, uma subespécie da bactéria que causa sífilis. Esta doença é mais comum em países tropicais como o Brasil, por exemplo, e atinge especialmente as crianças com menos de 15 anos, principalmente nas idades entre 6 e 10 anos.

só para todos os países é um dos exemplos do seu não reconhecimento enquanto língua de fato (SILVA; QUADROS, 2019, p. 22114, grifo nosso).

Quando nos reportamos as línguas indígenas de sinais, a visão monolíngue não só é a mais encontrada como fadada a acontecer. Seguindo essa linha de pensamento, mesmo para a comunidade indígena ouvinte, a conquista por direito a receber educação em suas próprias línguas nativas - conforme capítulo VIII, da Constituição Federal, somadas aos estudos de Delmondez e Paulino (2014), o atual paradigma denominado emancipatório, pautado na interculturalidade e no bilinguismo - só foi conquistado há vinte anos, a partir das conquistas do movimento político dos povos indígenas (MAHER, 2006). Isso se torna ainda mais difícil de ser cumprido quando se trata das línguas de sinais indígenas que são também naturais, porém não tem sua existência valorizada e reconhecida.

Em conformidade com Sumaio (2014), a língua terena oral pertence à família Aruak e é falada em várias comunidades indígenas nos estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo. De acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a etnia terena é a quinta com maior em número de indígenas, por localização do domicílio, contando com 28.845 pessoas, divididas em dezessete terras: Água Limpa (MS), Aldeinha (MS), Araribá (SP), Buriti (MS), Buritizinho (MS), Cachoeirinha (MS), Dourados (MS), Ikatu (SP), Kadiwéu (MS), Lalima (MS), Limão Verde (MS), Nioaque (MS), Nossa Senhora de Fátima (MS), Pilade Rebuá (MS), Taunay/Ipegue (MS), Terena Gleba Iriri (MT) e Umutina (MT).

A partir da pesquisa da linguística Sumaio (2014), constata-se que há Terena surdos na Comunidade Indígena de Cachoeirinha, de 9.507 habitantes e também em aldeias vizinhas, próximas ao município de Miranda-MS. O dado mais importante é de que grande parte desses sujeitos não conhece a língua brasileira de sinais, mas fazem uso de sinais próprios para se comunicarem - o que caracteriza uma língua nativa. Alguns desses sujeitos nunca frequentaram a escola ou tiveram contato com surdos sinalizantes de libras o que demonstra se tratar de uma criação de sinais nativos. Além desses dados linguísticos, Sumaio (2014, p. 05) observou que: “alguns jovens estudam na cidade e estão avançando no uso e conhecimento da Libras, porém estes mesmos jovens utilizam outros sinais na aldeia, com seus familiares ouvintes, amigos e outros surdos, que não sabem libras”.

Alguns trabalhos merecem destaque e que guiam a criação dessas ações sendo: *Variação linguística na escola: resultados de um projeto* (BARONAS, 2014); *Políticas de línguas e educação escolar indígena no Brasil* (CUNHA, 2008); *Abordagens sobre o léxico em línguas indígenas* (FARGETTI, 2012) e destacamos a pesquisa que mais se aproximou do objetivo do presente trabalho: *Língua terena de sinais: análise descritiva inicial da língua de sinais usada pelos terena da Terra Indígena Cachoeirinha* (SOARES, 2018), constatou-se terena surdos na Comunidade Indígena de Cachoeirinha, de 9.507 habitantes e também em aldeias vizinhas, próximas ao município de Miranda-MS. E grande parte



desses sujeitos não conhece a língua brasileira de sinais, mas utiliza sinais próprios o que caracteriza uma língua nativa de sinais.

Conforme Sumaio (2014, p.06), alguns nunca frequentaram a escola ou tiveram contato com surdos usuários de libras o que nos leva a crer que não foram influenciados na criação dos sinais nativos. Além disso, constatou-se que: ‘alguns jovens estudam na cidade e estão avançando no uso e conhecimento da Libras, porém estes mesmos jovens utilizam outros sinais na aldeia, com seus familiares ouvintes, amigos e outros surdos, que não sabem libras’.

A tese citada (SOARES, 2018) foi construída ao longo de quatro anos, porém com mais tempo de coleta de dados, mais de 7 anos (o que inclui também o período do mestrado). Foram necessários muitos trabalhos de campo, leitura, muito estudo de linguística em geral, de linguística de línguas indígenas (orais) e de línguas de sinais. Sobre línguas indígenas de sinais há pouquíssimo material produzido.

A língua terena de sinais foi estudada em todos os níveis linguísticos (morfológico, sintático, fonético, fonológico, lexical), assim como se faz com qualquer língua oral desconhecida. A linguista estudou os dados que coletou e pode concluir e comprovar cientificamente que os sinais utilizados por surdos e alguns ouvintes terena constituem uma língua.

Na tese foram apresentados diversos sinais, que não são usados isoladamente, mas sim em sentenças, dentro de contextos diversos, como acontece em todas as línguas. Entretanto, muitos sinais foram mostrados isoladamente para análise de parâmetros fonológicos ou morfológicos, por exemplo (como a configuração de mão, a locação e o movimento) e também para análise contrastiva (comparando sinais da língua terena de sinais com sinais da Libras). A pesquisadora pretendia apresentar posteriormente esses sinais organizados em forma de glossário para a comunidade de Cachoeirinha.

Com base nessas informações e no conhecimento da necessidade de divulgar e estudar sobre outras línguas de sinais brasileira, organizamos o roteiro e organizamos um sinalário provisório em libras sobre os principais que versam no roteiro sobre a língua terena e a identificação de uma língua nesta aldeia, a fim de assegurar e transmitir, em especial, para o Povo Surdo e não-surdo a existência, história e cultura de outras línguas sinalizadas, uma vez que a Libras é a língua utilizada pelas comunidades surdas brasileiras, principalmente dos centros urbanos.

Por outro lado, em conformidade com a leitura especializada (VILHALVA, 2009; VILHALVA, 2018; ARAÚJO, 2018), uma realidade diferente é identificada nos surdos terena que estão em contato mais próximo e constante ao ambiente urbano das aldeias, como ocorre nos municípios de Aquidauana (MS), Anastácio (MS), Campo Grande (MS) e região da grande Dourados (MS) que ao realizarem pesquisas de campo perceberam que

uma influência direta da libras leva ao ponto de, em muitos casos, ocorrer o apagamento de sua língua nativa.

Em 2009, os resultados das pesquisas de Vilhalva (2009) já apontavam que dentro da escola das aldeias terena os alunos estão adquirindo a libras com os intérpretes e começando a participar da comunidade surda de Dourados. Na escola indígena foi observado a presença da Libras onde os alunos passam a conhecer os sinais através dos intérpretes que vindos das cidades próximas e por estarem em um espaço institucionalizado acabam por deixar lado os sinais utilizados no ambiente familiar. Mas, por outro lado, a escola Araporã, a qual têm preferência por intérprete Indígena para a preservação da cultura, língua e saber. A pesquisadora observou que os indígenas surdos de vinte anos em diante mostraram segurança ao sinalizar seus sinais emergentes, mas com os intérpretes fazia o uso de sinais da Libras. E os alunos mais novos de escolas indígenas diferentes, mas da mesma comunidade indígena, não fizeram o uso de sinais emergentes, ou seja, realizaram diretamente em libras.

Em continuidade com essa temática, aprofunda seus estudos e nos contempla com mais dados históricos, culturais e linguísticos sobre os surdos terenas salientando que a escola indígena é um espaço em que se encontram diferentes línguas orais, visuais e escritas. Está presente a libras como L1 (primeira língua) e a Língua Portuguesa escrita como L2 (como segunda língua), podendo transformar-se em ensino trilingue: Libras/ Língua Portuguesa/Língua Indígena, sendo mais ideal para a conjuntura apresentada. Quando apresenta as terras indígenas de Dourados, demonstra que há atuação de intérpretes de libras dentro das escolas indígenas, enquanto que os índios surdos da região de Miranda não têm esse mesmo atendimento. Eles são obrigados a sair da sua aldeia e ir para escolas que têm o profissional bilíngue e o tradutor/intérprete de Libras. Ou seja, o aluno precisa percorrer uma grande distância para receber educação escolar com acessibilidade na comunicação. Dessa forma, dificultando o acesso linguístico e espacial das comunidades terenas.

Em um outro estudo, Araújo (2018), seguindo a mesma esteira de pensamento de Vilhalva (2018), foi constatado indígenas surdos matriculados nas escolas pertencentes aos municípios de Aquidauana, Anastácio e Campo Grande que contam com a mediação de tradutores /intérpretes de libras não indígenas. Neste aspecto, outra problemática se instaura em razão de quando se trata dos indígenas surdos, o trabalho dos tradutores/intérpretes de libras se torna mais complexo, vez que se agregam duas ou três línguas distintas, para as quais esse profissional, em sua maioria, não possui habilitação suficiente para responder às necessidades dos aprendizes.

No que tange a legislação vigente, a especialista Vilhalva (2018) assinala que não há uma proposta de política linguística que contemple de forma satisfatória as comunidades linguísticas. E há ainda o mito de o Brasil ser um país monolíngue, estabelecendo um

padrão advindo de uma visão preconceituosa, que perpetua o ciclo vicioso da injustiça social, na medida em que só a alguns é dada legitimidade de reconhecimento linguístico.

### 3. EXPERIÊNCIAS DE CRIAÇÕES DE MATERIAIS JUNTO À COMUNIDADE

A partir das necessidades educacionais, linguísticas e pedagógicas identificadas na comunidade terena de Cachoeirinha (SILVA, 2014; SUMAIO, 2014 e SOARES, 2018) no que tange à sua língua terena oral, escrita e de sinais e com o interesse de outros pesquisadores brasileiros nesta comunidade relacionando a importância de assegurar a língua terena de sinais como língua materna para o processo ensino aprendizagem, em especial, quando esses aprendizes surdos iniciam o contato com a libras, língua de sinais urbana (CEZAR, SOUZA, 2020, no prelo) tornou-se um incômodo e uma necessidade “falar”, “pensar” e “agir” em Rede interdisciplinar e interinstitucional com diferentes especialistas na área para criar materiais a partir das necessidades reais dos aprendizes e dos professores “ouvi-los”. Com o intuito de assegurarmos os direitos linguísticos no que tange à transmissão dos saberes em suas línguas maternas e de dar suporte no processo de formação dos professores dessa aldeia.

A partir dos resultados dessas pesquisas e dos envolvimento dos pesquisadores, apresentaremos o conjunto de ações que estão sendo realizadas na aldeia Cachoeirinha/MS, em especial, no que tange ao processo de criação de materiais didáticos bilíngues/multilíngues.

Dessa forma, nos dedicaremos, nesta seção, detalhar cada uma delas a fim de contribuirmos com a divulgação desses materiais, das experiências vividas, da importância de pesquisadores trabalharem em conjunto com a comunidade a fim de que os materiais criados atendam às necessidades efetivas dos professores e dos aprendizes da comunidade investigada, uma vez que acreditamos, que outros pesquisadores possam se interessar pela temática ou mesmo contribuir conosco ou mesmo levar essas experiências como modelos possíveis adaptando para cada realidade vivida.

Para o aprofundamento das criações e promovendo diálogos interinstitucionais, formou-se uma equipe de pesquisadores, além das autoras, conta com a professora terena Maiza Antonio, pesquisadores e tradutores-intérpretes de libras Ivan de Souza (UFPR) e Jéssica Honório (UFPR), antropólogo, Stanley Teixeira (UFJF), Shirley Villhava (UFMS). Todas as ações do grupo de pesquisadores contam com o apoio do Ipedi e das instituições nas quais os pesquisadores estão vinculados.

### 4. BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTOS ESPECÍFICOS

A criação dos materiais aqui citados está pautada no reconhecimento e na valorização de línguas de minoritárias no âmbito nacional, seguimos os principais documentos oficiais como norte.

**Tabela 1:** Pesquisa de natureza documental

<b>Lei 10436/2002</b>	<i>Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.</i>
<b>Decreto 5626/2005</b>	<i>Art. 1º Este Decreto regulamenta a <a href="#">Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002</a>, e o <a href="#">art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000</a>.</i>
<b>Constituição Federal (1988)</b>	<i>Art. 210. § 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem (BRASIL, 1988, p. 124).</i>
<b>IBGE (2010) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</b>	Apresenta que 45.606.048 de pessoas no Brasil têm algum tipo de deficiência, sendo 7,6%, sendo 1,12% da população brasileira surdas.
<b>INDL (2014) Inventário Nacional de Diversidade Linguística.</b>	A preservação de uma língua, conforme o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por meio de seu Guia de Pesquisa para o INDL (2014), tem impacto imediato na perda de diversidade cultural, uma vez que cada língua possui os meios específicos, historicamente construídos de se conceber, conhecer e agir sobre o mundo, incluindo conhecimentos altamente técnicos.
<b>Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996)</b>	
<b>Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)</b>	
<b>Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2002)</b>	
<b>Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2006)</b>	

No que diz respeito a literatura especializada na área, além de termos uma aproximação com todos os pesquisadores, seguimos os resultados das pesquisas, já que essas tiveram

como foco a divulgação, a história, a (s) língua (s) e os artefatos culturais do povo indígena terena (FARGETTI; 2012; OLIVEIRA e FERREIRA,2013; SILVA, 2013; SOUZA, 2016; SUMAIO, 2014; SOARES, 2018; VILHALVA, 2018).

**Tabela 2:** bibliografias específicas

<b>SUMAIO (2014)</b>	Sinalizando com os terena: um estudo do uso da LIBRAS e de sinais nativos por indígenas surdos.
<b>SOARES (2018)</b>	LÍNGUA TERENA DE SINAIS: análise descritiva inicial da língua de sinais usada pelos terena da Terra Indígena Cachoeirinha.
<b>SILVA (2014)</b>	Estudo lexicográfico da língua terena: proposta de um dicionário terena-português.
<b>VILHALVA (2012)</b>	Mapeamento das línguas de sinais emergentes: um estudo sobre as comunidades linguísticas Indígenas de Mato Grosso do Sul.
<b>BITTENCOURT e LADEIRA (2000)</b>	A História do Povo Terena.

## 5. HQ SINALIZADA: “SÉNO MÓKERE KÁXE KOIXÓMUNETI”

A história em quadrinhos criada foi desenvolvida por Ivan de Souza (2020), para criação, o pesquisador necessitou de quase três anos de estudos para desenvolver o roteiro e aperfeiçoar as ilustrações junto à comunidade. A motivação da criação deste material foi saber que a aldeia possui uma língua de sinais (SUMAIO, 2014; SOARES, 2018).



**KAXE A KOIXOMUNETI SURDA** - A HQ sinalizada é considerada plurilingual, pois prioriza a divulgação de materiais bilíngues para comunidade surda. A criação está pautada no reconhecimento e na valorização de línguas de sinais minoritárias no âmbito nacional. Tem como foco a divulgação a história, a língua e os artefatos culturais do povo indígena terena (FARGETTI; 2012; OLIVEIRA e FERREIRA,2013; SILVA, 2013; SOUZA, 2016; SUMAIO, 2014; 2018; VILHALVA, 2018), já que as pesquisas científicas revelam que essa comunidade tem usuários sinalizantes produtores de uma língua de sinais, conhecida como Língua Terena de Sinais (LTS). A partir dos resultados desses estudos, a HQ criada se desenvolve com os acontecimentos marcantes da história verdadeira desse povo terena. O enredo tem como personagem principal uma mulher indígena surda anciã chamada de Kaxe. Ela exerce a função religiosa de pajé - Koixomuneti, na língua terena - nesta comunidade. Ao ser chamada para auxiliar em um parto - ritual típico - e após pedir a bênção dos ancestrais para o recém-nascido, o futuro do povo terena é revelado e transmitido em sinais. Para dar a representatividade histórica, a HQ se utilizou predominantemente de elementos visuais para compor a estrutura da linguagem dos quadrinhos indo ao encontro da estrutura linguística das línguas de sinais - visual-espacial. Assim, o processo de identificação dos surdos brasileiros se dá de forma natural.

**Imagem 1:** Pajé surda Káxe

A narrativa criada é um misto de ficção com fatos históricos de registros escritos e com registros orais, transmitidos ao longo das gerações na comunidade terena. A história acontece antes do século XV, quando a personagem principal Káxe, a pajé surda, é chamada para auxiliar em um parto (ritual típico) e após este pede a benção aos ancestrais. Neste momento, junto à benção, a pajé recebe a visão do futuro do povo terena por meio de imagens. Dessa forma, o desenvolvimento da narrativa perpassa os principais momentos históricos que vai desde o início do povo terena (Aruak) datado de antes do século XV, percorrendo o caminho geográfico que os terena realizaram até se fixarem, em sua maior parte, na região do Mato Grosso do Sul.

Além do registro histórico, encontramos a cultura terena bem marcada através das pinturas corporais, da dança, do artesanato, das plantações e da espiritualidade que são exploradas nas imagens fazendo o menor uso possível dos elementos verbais, já que a HQ se destina a transmitir as informações via narrativa silenciosa e com exploração visual, em razão de priorizar a estrutura visual-espacial das línguas de sinais.

A primeira pesquisa que comprova e descreve a existência da língua terena de sinais foi realizada pela pesquisadora e linguísta Priscilla Alyne Sumaio Soares (2014; 2018), no entanto, há relatos e transmissões orais de que sempre existiram surdos terena, portanto, de uma maneira sutil, aparecem personagens se comunicando (sinalizando) por boa parte da narrativa. A narrativa encerra-se com o retorno do plano espiritual para a consciência humana da pajé surda, século XV, no ritual de nascimento com a anciã transmitindo os ensinamentos adquiridos por meio da visão para a comunidade contando o futuro do povo terena e transmitindo a principal característica dessa etnia representado pelo sinal de UNIÃO, em língua terena de sinais.

Este material tem o principal objetivo de despertar a importância de dialogarmos com a língua brasileira de sinais e com a língua terena de sinais junto aos familiares, professores e alunos. De uma maneira bastante visual exploram a comunidade, apresentam sinais em libras, via sinalário despertando o interesse e a necessidade de os surdos da aldeia poderem registrar sua língua de sinais utilizando a libras como modelo histórico, cultural, de identidade e de lutas, em outras palavras.

## 6. QUEBRA DA BARREIRA LINGUÍSTICA: SINALÁRIO/GLOSSÁRIO

No que diz respeito ao registro, divulgação e transmissão dos saberes em língua de sinais – língua de sinais com primeira língua (L1) e escrita da língua oficial como segunda (L2) – realizamos o registro dos principais conceitos apresentados na narrativa visual em libras, em razão da pandemia mundial não foi possível realizar em língua terena de sinais.

Para realização do registro, no decorrer das pesquisas levantamos os vocabulários que mais se repetiam e organizamos em uma planilha, posteriormente buscamos, por meio de pesquisa etnográfica, localizar os sinais já existentes em sites, aplicativos, entre outros. O

Youtube se constituiu como uma das principais fontes digitais de pesquisa, no entanto foram nos trabalhos de Sumaio (2014, 2018) que o glossário plurilíngue vem sendo elaborado.

Aos sinais encontrados foi realizada uma análise a fim de verificar se estavam de acordo com o tema. Quanto aos sinais não localizados entramos em contato com outros profissionais pesquisadores da área para a discussão e elaboração dos sinais. Após, realizamos a filmagem dos sinais a fim de produzir um sinalário/glossário da temática específica e disponibilizamos no youtube<sup>3</sup>, em domínio público, com o objetivo de expandir as línguas sinalizadas e minimizar a barreira linguística.



**Imagem 2:** Sinalário em Libras da HQ

Neste trabalho, o pesquisador, selecionou os conceitos sobre os vocábulos que eram mais recorrente essa criação em libras: *Antropologia, Antilhas, Cidade de Miranda, Congresso de Milão, Cultura Surda, Cultura Indígena, Dialeto, Etnia, Etnografia, Família linguística, Funai, HQ's sinalizadas, Kinikinai, Línguas emergentes, Línguas extintas, Línguas isoladas, Línguas minoritárias, Línguas de sinais, Pajé, Povo terena, Roteiro, Tempos Antigos, Tempos de servidão, Tronco Linguístico.*

Durante a produção da HQ foi sugerido ter além do português, Libras e o resumo em inglês adicionar também a língua terena escrita tornando assim o trabalho plurilíngue, em construção e conta com mais de cinquenta sinais. Além disso, e a fim de assegurar que o material se mantenha de natureza bilíngue/plurilíngue, as demais estruturas, prefácio, história da história, estão sendo realizadas nas línguas sinalizadas e escrita terena. A expansão do trabalho com o registro dos sinais em Libras e em língua terena sinalizado está em construção a fim de ampliar tanto os registros em vídeos quanto divulgar a comunidade e a sociedade.

<sup>3</sup> Sinalário disponível em : [https://www.youtube.com/watch?v=FS\\_ktXO2aGA&feature=youtu.be](https://www.youtube.com/watch?v=FS_ktXO2aGA&feature=youtu.be)

O mesmo procedimento vem sendo adotado na criação de glossários multilíngues que envolvem as línguas indígenas de sinais e a Libras, desenvolvido e organizado pelas pesquisadoras com Ivan de Souza. O glossário multilíngue<sup>4</sup>: portuguesa escrito; língua oral terena, língua terena escrita; língua terena de sinais (vídeo); libras (vídeo) está em fase de finalização e é fruto da presente equipe desta HQ, em especial, dedicada à quebra de barreiras linguísticas.



**Imagem 3:** Estrutura do glossário multilíngue (SOARES, SOUZA, no prelo)

Nossas preocupações em criar materiais que possam contribuir com o processo de formação dos professores-intérpretes de Libras estão fundamentadas nas aldeias indígenas que tem uma aproximação maior com ambiente urbano, como é o caso da cultura terena, assim que apresentam maior influência linguística com a Libras e com profissionais que não tem conhecimento para uma intervenção linguística e política suficiente para tratar as línguas como patrimônio cultural e que podem ser concomitantes com o mesmo prestígio evitando o preconceito linguístico. Tais preocupações são somadas há pouquíssimos trabalhos que buscam registrar e estudar as línguas indígenas de sinais. Torna-se importante destacar, que a inserção e o contato com a Libras é benéfico e enriquecedor, no entanto não pode funcionar como uma língua majoritária, mas exemplo de conquistas, lutas e que também é possível para as demais línguas indígenas de sinais, a fim de não promover o mito de hegemonia linguística.

<sup>4</sup> O presente glossário foi organizado pelas presentes pesquisadoras, envolvendo uma equipe multidisciplinar e interinstitucional juntamente com as comunidades investigadas terena e Libras, sendo Priscilla Sumaio e Ivan de Souza os autores.



## REFLEXÕES FINAIS

Acreditamos que as de criações presentes nessas ações visam contribuir com o registro dessa variedade linguística e cultural enquanto preservação de patrimônio histórico-cultural dos surdos do Brasil, reforçando a importância de as línguas nativas e originais serem pesquisadas e reconhecidas como legítimas, uma vez que cumprem a necessidade linguística de um grupo de pessoas (LEITE, QUADROS, 2014). Junto a isso, a proposta de elaboração de materiais multilíngues são capazes de auxiliar na aprendizagem dos aprendizes surdos – formação de professores -, bem como aprofundar os estudos linguísticos como prática social em contexto de superdiversidade (VERTOVEC, 2007; BLOMMAERT; RAMPTON, 2011; MOITA LOPES, 2013), no caso, dentro e fora da cultura estudada aliado à era tecnológica, em evidência na atualidade promovendo o reconhecimento dessas línguas e de possibilitar que os surdos indígenas tenham de fato o direito a eles garantido de serem ensinados em sua língua materna assim como garante a nossa constituição em seu Art. 210. § 2º *O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem* (BRASIL, 1988, p. 124).

## REFERÊNCIAS

AGUILAR-AMAT, A; SANTAMARIA, L. **Terminologia i llengües minoritzades**. Quaderns. Revista de Traducció, 3, 1999 101–112.

ARAÚJO, A de. Surdez e Preconceito: Uma análise a partir dos estudantes e dos pais surdos. São Cristóvão, SE, 2018.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. Edições Loyola, São Paulo-SP, 1999.

BARONAS; J. E. de A. **Variação linguística na escola: resultados de um projeto**. Revista da ABRALIN, v.13, n.1, p. 39-62, jan./jun. 2014.

BLOMMAERT, Jan. RAMPTON, Ben. **Language and superdiversity**. A position paper. Working papers in urban language and literacies, paper 70. London: Tilburg University and King's College, 2011.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, p. 124.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 23 de dez. 2005. Seção 1, p. 30.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 25 de abril de 2002. Disponível em: <http://www.feneis.org.br/legislacao/libras/lei%2010.436.htm>. Acesso em: 10 mar. 2007.

CEZAR, K. P.L.; SOUZA, I. **HQ sinalizada Séno Mókere Káxe Koixómuneti**, letraria, 2021, no prelo.

COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB. Disponível em: <https://coiab.org.br/>, acesso em setembro de 2020.

CUNHA; Rodrigo Bastos. Políticas de línguas e educação escolar indígena no Brasil. *Educar*, Curitiba, n. 32, p. 143-159, 2008. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n32/n32a11.pdf> Acesso em: 22/09/2018.

FARGETTI, C. M. (org.). **Abordagens sobre o léxico em línguas indígenas**. Campinas, SP: Editora Curt Nimuendajú. 2012, p. 399. ISBN 9788599944363.

GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. Parábola Editorial, São Paulo, 2009.

GESSER, A; COSTA, M. J. D; VIVIANI, Z. A. **Linguística Aplicada**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

GODOY, G. **Os Ka'apor, os gestos e os sinais**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2020.

GUIA DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO PARA O INDL. **Patrimônio Cultural de Diversidade linguística**. Brasília, DF. IPHAN. 2014. Volume 1.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico, 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Pesquisa coleta dados para o Inventário Nacional de Libras**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/indl/noticias/detalhes/4198/pesquisa-coleta-dados-para-o-inventario-nacional-de-libras>. Acesso em: 02/09/2019.

JUNIOR, C. S. D; VERONA, A. P. **Deficiências visual, auditiva e motora entre a população indígena no Brasil**. *Cad. Saúde Pública* vol.34 no.10 Rio de Janeiro, 2018.

KAKUMASU, James Y. Urubu-Kaapor Sign Language. In: **Summer Institute of Linguistics**, 2005. Disponível em: <https://www.sil.org/resources/archives/76974>. Acesso em: 11 set. 2020.

LEITE, T. de A.; QUADROS, R. M. de. **Línguas de sinais do Brasil: reflexões sobre o seu estatuto de risco e a importância da documentação**. Florianópolis: Insular, 2014.

OLIVEIRA; C. P. de. FERREIRA; R. V. **Dicionário infantil bilíngue Terena – observações e apontamentos**. Entrepalavras, Fortaleza - ano 3, v.3, n. esp., p. 89-101, jan/jul 2013.

MOITA LOPES, L. P (org.). 2013. **Linguística Aplicada na Modernidade Recente: Festschrift para Antonieta Celani**. São Paulo: Parábola, 2013.

QUADROS, R.M Tecnologia para o estabelecimento de documentação de língua de sinais in: CORRÊA, Y.; CRUZ, C. R. **Língua brasileira de sinais e tecnologias digitais**. Penso Editora. Porto Alegre. 2019.

PEREIRA, É. L. **Fazendo cena na cidade dos mudos: surdez, práticas sociais e uso da língua em uma localidade no sertão do Piauí**. 380 f. 2013. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2013.

SILVA, D. **Estudo lexicográfico da língua terena: proposta de um dicionário terena-português**. 2013. 292 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2013.

SILVA, D. S; QUADROS, R. M. de. **Línguas de sinais de comunidades isoladas encontradas no Brasil**. Brazilian Journal of Development, v. 5, n. 10, p. 22111-22127, 2019.

SOUZA; A. J. e CAMESCHI, C.. **Língua Terena: contribuições para sua documentação**. Acadêmico do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena Povos do Pantanal, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana. Departamento de Letras – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2016. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/lali/PDF/LINGUA%20TERENA%20relat%C3%B3rio%20Armando.pdf> Acesso em: 22/09/2018

SUMAIO, P. A. **Sinalizando com os terena: um estudo do uso da LIBRAS e de sinais nativos por indígenas surdos**. 2014. 123 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras Campus de Araraquara, 2014.

SOARES, P. A. S. **LÍNGUA TERENA DE SINAIS: análise descritiva inicial da língua de sinais usada pelos terena da Terra Indígena Cachoeirinha**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa. Araraquara – São Paulo, 2018.

SOARES, A.S; SOUZA, I. **Glossário plurilíngue**. no prelo.

VERTOVEC, S. **Super-diversity and its implications**. *Ethnic and racial studies*, v. 30, n. 6, p. 1024-1054. 2007. Disponível em: <http://www.informaworld.com/smpp/title~content=t713685087>. Acesso em: 20 jan. 2020.

VILHALVA, S. **Mapeamento das Línguas de Sinais Emergentes: um estudo sobre as comunidades linguísticas Indígenas de Mato Grosso do Sul**. 2012. 124 f. Thesis (MSc in Linguistics) - Programa de Pós-Graduação em Linguística - Centro de Comunicação e Expressão. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

VILHALVA, S. **Índios Surdos Guarani e Terena em Mato Grosso do Sul: Dez Anos Projeto Índio Surdo e seus Desafios Familiares, Educacionais e Linguísticos**. INES | Revista Espaço | Rio de Janeiro | n° 50 | jul-dez | 2018, ISSN: 0103-7668; E-ISSN: 2525-6203 ; DOI: 10.20395/re.v0i50.451.

\* Licenciada em Pedagogia (2004) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Mestrado em Letras (2009) também pela UFMS, e Doutorado (2013) e Pós-doutorado (2016) em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp); Pós-doutorado em Sociolinguística pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (2018) e Pós-doutorado em Estudos Culturais pela UFMS (2020). Tem experiência na assessoria linguística e pedagógica em cursos de formação inicial e continuada de professores indígenas e na produção de material didático para ensino de línguas em contextos complexos. É uma das fundadoras do Instituto de Pesquisa da Diversidade Intercultural (Ipedi - 2012) e ocupa o cargo de presidente da instituição. Atualmente é Professora Visitante do Programa de Pós- Graduação em Letras da FACLE/UFMS. E-mail para contato: denisemiranda83@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0602121370347648> Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4558-7100>

\*\* Pós-doutora pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Doutora pelo Programa de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP-FClar/Araraquara). Professora Adjunta da Universidade Federal do Paraná (UFPR), campus de Curitiba. Participante do Grupo de pesquisa Formação de professores em línguas (UFPR). Docente do curso de licenciatura em letras libras (UFPR). Membro da Equipe Multidisciplinar (área de acessibilidade linguística) da UAB/CIPEAD/UFPR. E-mail para contato: kellylodd@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6431119398016499>. OrcId: 0000-0002-6854-2864 <https://orcid.org/0000-0002-6854-2864>



\*\*\* Possui graduação (licenciatura e bacharelado) em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2011). Defendeu o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da UNESP/FCLAr em 2014, sendo bolsista FAPESP. Atuou principalmente em Lexicologia, Morfologia, Sintaxe, língua de sinais brasileira (Libras) e sinais terena. Defendeu o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da UNESP/FCLAr em 2018, sendo bolsista CAPES, com foco nas seguintes áreas: Documentação Linguística, Lexicologia, Morfologia, Sintaxe, Fonologia, Línguas de Sinais. Orcid: 0000-0003-0184-1744 <https://orcid.org/0000-0003-0184-1744>